

SOBRE O LUGAR DA FAMÍLIA NA ESCOLA: INTERROGAÇÕES NO CONTEXTO DO ENSINO PÚBLICO

Alexsandra Maria Sousa Silva¹
Rafaella Almeida Aragão²
Amanda Silva Mesquita³

RESUMO

O presente trabalho abordará algumas análises sobre a participação das famílias no ensino público, com destaque para os dilemas e as questões que giram em torno da relação família, pobreza e escola. A família é compreendida por diversas configurações, considerando o ponto de vista econômico, afetivo, histórico e social. Diante dessa discussão, o objetivo geral foi analisar os sentidos construídos pela família em condições de pobreza acerca de sua relação com a escola, no contexto do ensino público. A trilha metodológica deste estudo foi de cunho qualitativo, onde foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas, acompanhada da aplicação de um questionário, para a caracterização do perfil socioeconômico, das duas famílias participantes. Além disso, durante o processo de inserção na escola, algumas observações foram realizadas e registradas em diários de campo, para posteriores análises. Para tanto, tomamos como base a análise de conteúdo, com auxílio do software atlas T.i 2.6. Partimos de cinco categorias teóricas, dadas a princípio, são elas: modo de vida da família pobre, escola pública, visão que a família tem da escola, pobreza e escolarização. Algumas subcategorias foram definidas no processo da análise, tais como: vergonha e escolarização. Os resultados apontaram para um distanciamento entre a escola e o modo de vida da família atendida, o que visivelmente, gera implicações na maneira como se compreende a participação e o compromisso dessas famílias para com a escolarização de seus filhos. Nesse sentido, esse trabalho buscou ressaltar a importância de compreender as adversidades que a família pobre vivencia e como isso pode impactar em sua participação na vida escolar de suas crianças. Assim, a ideia de parceria família e escola surge como uma ilusão, obscurecida pelo fato da escola busca um modelo padrão e ideal de família e, por conta disso, é pouco estratégica nas tentativas de construir espaços de participação efetivos e afetivos.

Palavras-chave: Escola Pública, Família, Pobreza.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se situa no encontro entre dois campos de estudo e atuação, a Psicologia da Educação e a Psicologia Social, e se voltará fundamentalmente a discussão sob a participação

¹ Professora orientadora: Doutora em Psicologia pela UFC e Docente da Faculdade Luciano Feijão (FLF) - CE e da Universidade Vale do Acaraú (UVA) - CE, alexsandramss88@gmail.com;

² Especialista em Psicologia da Educação pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) - ES, rafi_nha_aragao@hotmail.com;

³ Graduando do curso de Psicologia da Faculdade Luciano Feijão (FLF) - CE, amandasilvamesquita@gmail.com;

da família no cotidiano escolar, desbravando as possibilidades de compreensão acerca da tríade família-escola-aprendizagem.

Ao abordar a relação escola e família, buscaremos tornar mais visível o ensino público e sua relação com esse modo de educar e conceber a aprendizagem. Trata-se de uma escolha ética e política, presente no campo da Psicologia que nos leva a reconhecer o nosso compromisso social com o que é voltado para a garantia dos direitos das pessoas mais pobres. Pautando-nos nisso, nosso foco serão as famílias usuárias do ensino público, que em sua maioria, vivem em condições de pobreza. Assim, se faz preciso problematizar em que medida essa ausência dos familiares em reuniões escolares e encontros pedagógicos pode influenciar a aprendizagem da criança.

A Psicologia Social articulada com a Psicologia Educacional pode nos abrir um leque de possibilidades de reflexão e atuação, que nos leve a considerar a importância de conhecer a realidade dessa família, procurando não culpabilizá-la por essa ausência, mas tentando compreender os fenômenos em sua complexidade histórica e cultural que pode influenciar no afastamento ou aproximação dos responsáveis da rotina escolar de seus filhos. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar os sentidos construídos pela família em condições de pobreza acerca de sua relação com a escola, no contexto do ensino público.

METODOLOGIA

A trilha metodológica se constituirá na determinação das formas e processos que serão utilizados no decorrer da pesquisa, assim como os meios, técnicas e postura do pesquisador. O tipo da pesquisa será de cunho qualitativo que se difere do quantitativo pois são de naturezas diferentes, pois não tem como foco a produção de dados estatísticos numéricos, de modo mais claro.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (Minayo, 2001, p. 22).

O diferencial da pesquisa qualitativa é buscar o aprofundamento do ser humano em sua complexidade e subjetividade, considerando todos os fenômenos sociais e ambientais que os envolvem. Assim, partindo dessa consideração, tomaremos a realidade social como ponto de partida e focaremos nos significados subjetivos construídos pelas famílias acerca de sua

participação da vida escolar de seus filho, de modo reflexivo, progressivo e vivencial, na direção de objetivar esses dados. Com isso, buscaremos usar a criatividade no processo de construção dos dados, usando técnicas qualitativas que estimulem a expressão das famílias, bem como seus modos de viver, de pensar e de lidar com a realidade escolar de seus filho. Para o uso adequado e a compreensão mais ampla dessa abordagem é importante atentar à algumas características básicas, tais como considerar o ambiente natural dos sujeitos pesquisados, o lugar do pesquisador, o caráter descritivo dos dados, a produção de significados subjetivos de todos envolvidos (Godoy, 1995).

Então, para isso é fundamental a inserção no ambiente direto da família, reconhecendo a importância do olhar no pesquisador, que deve ser descritivo e analítico, dispensando qualquer ideia de neutralidade no processo da pesquisa. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se volta para questões subjetivas e reais, buscando compreender os significados, crenças, valores. Dessa forma entende-se que esta abordagem permitirá interpretar os fenômenos relacionados à análises dos sentidos construídos pelas famílias acerca de sua relação com a escola, no contexto do ensino público e possivelmente atribuir significados, que terão focos principais na subjetividade dos mesmos.

A presente pesquisa foi realizada através de observações, entrevistas e visitas domiciliares. Para registrar os dados, foi construído diários de campo, pois é um modo de sistematizar as percepções e sentidos construídos pela pesquisadora, no ato da observação.

O local da pesquisa foi realizada uma escola pública, localizada em Sobral, interior do Ceará. A entrevista foi realizada com duas representantes de cada família, que foram escolhidas junto com a coordenação da escola, a partir do critério de participação, ou seja, foi definida uma família que participa com frequência da escola e outra que a escola não considera participativa. A análise do material produzido foi através da análise de conteúdo, com auxílio do atlas t.i. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui tomamos como pano de fundo a ideia pautada na lógica do inédito viável proposto por Paulo Freire (1992), um estudioso, sonhador e humanista que nos estimula a crer no que ainda não aconteceu, mas que pode acontecer, a partir de uma práxis comprometida com o sonho e a realidade. Pensar essa relação entre família e escola é descobrir caminhos inéditos, acreditando nos sonhos, mas que sejam também caminhos viáveis, para que possam se tornar reais. Nosso esforço aqui será na direção de fazer um estudo crítico embarcando nos desafios

da realidade e, ao mesmo tempo, tomando como inspiração os sonhos e o compromisso de Paulo Freire.

Assim o conceito de família mostra-se fundamental nesse estudo, pois não estamos falando da família tradicional tão somente definida por um pai ou uma mãe, entendendo que este modelo passou por algumas modificações com o decorrer dos tempos, existindo hoje, diversos tipos de famílias.

Segundo Castro (2010), existem diferentes tipos de família considerada legalmente, tais quais: Família matrimonial (formada pelo casamento), concubinato (união de duas pessoas que não podem se casar), união estável, família paralela (aquela que afronta a monogamia, realizada por aquele que possui vínculo matrimonial ou de união estável), família monoparental (constituída por um dos pais e seus descendentes), família anaparental (a relação que possui vínculo de parentesco, mas não possui vínculo de ascendência e descendência), família pluriparental (surge com os desfazimentos de anteriores vínculos familiares e criação de novos vínculos), família eudemonista (decorrente de afeto e sentimentos), família homoafetiva (união de casais do mesmo sexo), família unipessoal (formada por uma pessoa).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre esse ponto de vista das classificações dos tipos de famílias atuais, é fundamental compreender a relação de família e filhos tendo como base o vínculo de afetividade tecido entre seus membros. Muitas vezes esse pai ou mãe vão ser representados na escola por um tio, vizinho, irmão, avô, avo, ou um amigo que toma de conta da criança enquanto os responsáveis estão fora de casa. Nesse sentido isso fica expresso no cotidiano das famílias: *“As famílias que estavam presente se manifestaram gostando da ideia e dizendo que tinha um tio, primo, amigo, vizinho que era como se fosse pai ou mãe de seus filhos”* (DC, 04.09.2017, p. 7). Para melhor compreender isso, podemos recorrer também ao conceito de Carvalho (2000, p. 93): *“De fato, a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independentemente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais”*.

O intuito dessa pesquisa é auscultar essa relação, dando ouvido e voz a essa família, na tentativa de tornar visíveis possíveis motivos pelos quais a família não atende a cumprimento desse papel que é determinado pela escola, e por conta disso, tendemos a buscar um culpado específico para as condições de fracasso do aluno. É relevante a relação construtiva entre os pais e alunos, conforme Piaget (2007, p. 50) afirma:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...].

Para o autor, a escola é que deve ter essa iniciativa, visto que, a família não possui conhecimento específico sobre o desenvolvimento cognitivo, psíquico e aprendizagem escolar, por isso pode haver uma grande dificuldade em participar da vida escolar dos seus filhos. Isso fica claro na fala da Orquídea (E2, p. 1):

A escola serve para eles aprenderem a ler, escrever e a saírem da rua e não usarem drogas eles podem ter um futuro bom lá na escola, isso a gente sabe que lá na escola podem ensinar a eles a serem gente de futuro.

Vemos que o sujeito mesmo sem ter uma compreensão específica sobre o desenvolvimento cognitivo e aprendizagem da criança, demonstra ter consciência da importância do papel da escola para aprendizagem e para o futuro de seu filho. Entende-se que a escola é um espaço onde toda criança deve estar inserida, onde professores e alunos devem conviver e também onde a família deve assumir um determinado lugar. Os cuidados com as crianças, o desempenho positivo ou negativo, a relação com a escolaridade, tudo isso leva a preponderância da relação família-escola e exige um estudo mais aprofundado acerca das questões que afastam e, ou aproximam essa família da escola e do cotidiano escolar de seus filhos.

A escola tem um papel primordial na construção da identidade e na vida dos sujeitos, pois é o segundo espaço que a criança irá se inserir depois do meio familiar. A importância da escola para a criança está para além do desenvolvimento cognitivo e científico, perpetuando assim no seu desenvolvimento psíquico e emocional. O autor afirma que a escola deveria ressignificar a atuação pedagógica, buscando atender a cada criança em sua particularidade, juntamente com os objetivos das políticas educacionais, garantindo sempre o direito dos alunos a terem uma educação de qualidade.

A especificidade da contribuição da escola para a aprendizagem da criança, está no que Vigotsky (2007), chama de formação de conceitos. Para as crianças é baseada nas suas lembranças e experiências cotidianas, assentando-se no que ela vê e aprende em sua vida, com a intervenção da escola e do professor, ela desenvolve esses conceitos.

Rego (2011), sob a lente da Teoria Histórico-Cultural, pautando-se numa leitura de Vygostky, afirma que a criança já chega na escola com um conhecimento prévio, chamado de

conhecimento espontâneo, aquele adquirido nas suas relações sociais cotidianas, incluindo a família. O papel da escola é organizar, sistematizar e aprimorar esses conhecimento, transformando-o em conhecimento científico. Por exemplo, quando a criança chega na escola, ela chega sabendo falar o suficiente para se comunicar com o outro, mas é na escola que ela aprende sobre conjugação verbal e gramática, através de um ensino sistematizado, que o fará aprender e falar corretamente do ponto de vista gramatical. *“A escola é onde eles aprende, e não ficam o dia todo no meio da rua falando palavrão, é onde eles vão ter um bom emprego que não seja em casa de família ne? (...)”* (Orquídea, E1, p. 1). Desse modo, temos que o papel da escola é ensinar esse conhecimento científico, considerando o conhecimento espontâneo, tendo o professor como um dos principais mediadores desse processo. No entanto, esse processo de mediação não é estritamente cognitivo, mas deve considerar a complexidade da subjetividade humana.

A mediação é precedida pela ação humana através de relações sociais, na qual permite que o sujeito se relacione com o mundo dialeticamente. Dessa forma, é um processo que acontece da dimensão interpsicológica (social) para a intrapsicológico (pessoal). Mediação é o processo de intervenção numa relação, que pode se dar através de símbolos e signos. Conseqüentemente, o professor, na escola, é o principal mediador das relações de ensino-aprendizagem, embora é válido considerar que cada um pode ocupar esse lugar de mediador, até mesmo um livro, um filme, pode desempenhar essa função. Segundo Vygotsky (2007) é através das relações com o outro que o sujeito se desenvolve, através da aprendizagem que ressalta das inter-relações sociais, o sujeito constrói o conhecimentos que darão suporte a ele para impulsionar-se a desenvolver-se cada vez mais, assim o psiquismo se constrói com base nas mediações ao longo do desenvolvimento humano. Vale ressaltar que o professor pode ser considerado o mediador principal, pois é ele quem vai criar estratégias intencionais para favorecer o aprendizado. Isso acontece através da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Desse modo, pensando com Vigostky (2007), não nascemos humanos, nos tornamos humanos na nossa relação com o mundo e essa relação é influenciada por processos pedagógicos e educacionais, situados no contexto familiar, no espaço da escola e até mesmo fora dela. Assim, conforme Antunes (2008), não podemos separar sociabilidade e educação, por ser parte constitutiva do ser humano. Nesse sentido, a escola é uma instituição geradas pelas necessidades humanas e sociais, e tem o papel de desempenhar funções específicas, a favor da disseminação de práticas que precisam estar articuladas aos interesses da maioria da população (Antunes, 2008).

A relação entre família e escola influencia a construção da identidade da criança, atravessada pela dimensão do afeto positivo ou negativo, ou seja, pela imagem de referência ou de negação. Com isso, é preciso considerar que parte da socialização e do desenvolvimento dessas crianças se tem a afetividade e as emoções. Segundo a perspectiva de Wallon (1968), trazida por Galvão (2013), a afetividade está na base do desenvolvimento e se faz presente em todas as relações, desde o nascimento. As emoções são um meio de comunicação da criança, a exemplo do choro do bebê quando quer comunicar uma necessidade específica, como fome, sono, sede, etc. Assim sendo, nessa visão, afetividade e emoção não são sinônimos: “As emoções, assim como os sentimentos e os desejos são manifestações da vida afetiva (...)”. A afetividade é um conceito mais amplo no qual se inserem várias manifestações (Galvão, 2013, p. 61). Em sua teoria da pessoa completa, Wallon (1968) faz uma reflexão política sobre o papel da escola na sociedade, trazendo o compromisso com o desenvolvimento das aptidões pessoais e, numa dimensão mais ampla, com a justiça social. A afetividade fica expressa na fala da dona Rosa quando ela relata a aproximação que ela tem com um determinado professor:

“Eu conheço alguns professores deles até falo com eles, eu gosto mais do professor F por que ele sempre atravessa a rua com meu menino quando eu não posso ir buscar, e eu agradeço, gosto da diretora ela é simpática.” (Rosa, E2, p. 1)

Desse modo a afetividade fica expressa através dos gestos e do cuidado para além da relação na sala de aula. Segundo Wallon (1968) o indivíduo é um ser onde precisamos considerar seus domínios cognitivos, afetivos e motor fazendo parte de um todo, da própria pessoa. Desta forma a criança é vista como um ser completo e complexo. No que tange a dimensão da pessoa, o campo funcional da afetividade se constitui tanto no âmbito familiar, quanto escolar. O que ocorre, no contexto das famílias, especificamente de classes sociais pobres, é que esse suporte do afeto positivo focado no desenvolvimento de aptidões, não ocorre de modo consciente, ficando a cargo da escola esse papel.

No dia-a-dia escolar é comum viver-se esse dilema, se por um lado, a escola afirma que a família é a principal responsável pela educação da criança, a família, por sua vez, afirma que a responsabilidade é da escola quando a criança não aprende. Esse conflito é similar a um jogo de ping pong, onde a bola da responsabilidade sempre é jogada para o outro, comprometendo processos de autorreflexão. Podemos perceber o quanto a escola cobra dessa família um acompanhamento, mas não percebemos se existe a dinâmica em que a escola estimule essa família a ser participativa:

“No final da aula a tia me chama pra tentar conversar com os pais, porque segundo ela, eles não comparecem nem pra receber as notas das crianças, e que desse jeito fica difícil trabalhar com as crianças que não tem com quem contar fora da escola” (DC, p. 5).

O reflexo disso é que pouco se tem espaço que favoreça que a família possa repensar sua função, bem como para a escola refletir sobre sua importância para o desenvolvimento da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou reafirmar a complexidade dessa discussão é preciso pensar além da visão que dicotomiza família X Escola, ou se restringir a ideia de que o aluno poderá ser prejudicado por essa falta de acompanhamento escolar, é preciso trazer à tona os possíveis motivos que levam a família para junto ou para longe da escola, como e em que condições psicossociais essa família vive e como ela compreende o lugar da escola na vida da criança.

Trazer essa discussão quando falamos da realidade de escolas privadas é diferente quando pensamos na realidade de escolas públicas, pois o perfil socioeconômico dessas crianças e de suas famílias é um fator preponderante que influencia o processo educativo de cada aluno.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, p. 469-475, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>.

CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de pesquisa**, p. 143-155, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000200006>.

CASTRO, M. C. D'. **Configurações Familiares Atuais**. 2010. Disponível em: <http://escoladepaisgrandefloripa.org.br/configuracoes-familiares-atuais/>. Acesso em: 10 out. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Notas: Ana Maria Araújo Freire.

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 22. Ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2013.



GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIAGET, J. **Para onde vai à educação?**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 2011.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Persona/Martins Fontes, 1968.